

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

**Memória de reuniões realizadas com lideranças indígenas no município de Novo Progresso,
no âmbito do projeto de concessão florestal na Floresta Estadual do Iriri**

Responsáveis pela memória:

Joanísio Cardoso Mesquita - Analista Ambiental/Antropólogo

Liliane Souza Brabo - Analista Ambiental/Eng. Florestal

CONTEXTO - Em 2025, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI), firmaram um Termo de Cooperação com o objetivo de estruturar projetos de concessões florestais no estado do Pará. Esse instrumento de cooperação institucional estabelece bases técnicas, financeiras e operacionais para o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao uso sustentável das florestas públicas, à atração de investimentos responsáveis, ao fortalecimento da bioeconomia e à geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais de longo prazo.

No arranjo institucional definido pelo Termo de Cooperação, o BNDES atua como apoiador estratégico do processo, contribuindo com expertise técnica, estruturação financeira e apoio à modelagem dos projetos, enquanto o IDEFLOR-Bio assume o papel de executor das ações no âmbito estadual, responsável pela gestão das unidades de conservação e pela condução dos processos de concessão florestal. Essa parceria busca garantir que as concessões florestais sejam implementadas de forma transparente, eficiente e alinhada às políticas públicas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Entre as áreas contempladas pelo Termo de Cooperação está a Floresta Estadual do Iriri, unidade de conservação de uso sustentável criada em 2006, localizada no município de Altamira, no sudeste do Pará, com área aproximada de 440 mil hectares. A Floresta Estadual do Iriri tem como objetivo central a gestão sustentável dos recursos naturais, a proteção da cobertura florestal e o enfrentamento ao desmatamento ilegal. Com a publicação de seu Plano de Gestão em 2024, a unidade passou a dispor de diretrizes atualizadas para ordenamento territorial, conservação ambiental e uso sustentável, tornando-se apta a processos de concessão florestal nos termos da legislação vigente.

A Floresta Estadual do Iriri é limítrofe à Terra Indígena Baú, território tradicionalmente ocupado pelo povo Kayapó (Mebêngôkre), no estado do Pará. A Terra Indígena Baú constitui uma área de elevada relevância socioambiental, caracterizada por extensas áreas de floresta preservada, alta biodiversidade e pela manutenção de modos de vida indígenas profundamente vinculados ao território. Esse contexto territorial impõe a necessidade de cuidados adicionais na implementação de qualquer iniciativa de manejo florestal em áreas adjacentes.

Apesar de sua importância, a Terra Indígena Baú enfrenta um conjunto de ameaças persistentes, como o avanço do desmatamento em seu entorno, a pressão de atividades ilegais, incluindo extração de madeira e mineração, além dos impactos das mudanças climáticas e da fragilização de políticas públicas de proteção aos territórios indígenas. Esses fatores ampliam a

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

vulnerabilidade do território e reforçam a necessidade de ações contínuas de fiscalização, proteção territorial e valorização dos direitos dos povos indígenas.

Nesse contexto, a realização de reuniões de consulta e diálogo com as comunidades indígenas da Terra Indígena Baú constitui etapa fundamental e indissociável do processo de estruturação das concessões florestais previstas no Termo de Cooperação entre o BNDES e o IDEFLOR-Bio. Essas reuniões têm como objetivo garantir a transparência das informações, esclarecer os potenciais impactos e benefícios do projeto, ouvir as preocupações das lideranças indígenas e assegurar o respeito aos direitos territoriais e aos protocolos de organização social do povo Kayapó.

Além de atender aos princípios da Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o diálogo com as comunidades indígenas permite incorporar salvaguardas socioambientais ao projeto, fortalecer a proteção da Terra Indígena Baú e promover soluções que contribuam para a conservação da floresta e para o desenvolvimento sustentável da região. Assim, as reuniões de consulta não apenas legitimam o processo decisório, como também qualificam a implementação do Termo de Cooperação, assegurando que a política de concessões florestais esteja alinhada à proteção dos territórios indígenas e à promoção da justiça socioambiental.

MEMÓRIA DE REUNIÃO NO INSTITUTO KABU

Data: 01/12/2025

Horário: 09:30h às 11:00h

Local: Instituto Kabu – Novo Progresso - PA

Participantes: IDEFLOR-Bio; BNDES; Lideranças Indígenas da Aldeia Mantinor; Associação Mantinor; Consórcio IFT

A reunião foi realizada no Instituto Kabu, organização social vinculada à Terra Indígena Baú, com representação do povo indígena Kayapó. Estiveram presentes representantes do IDEFLOR-Bio, do BNDES, IFT e do Instituto Kabu, incluindo o presidente da associação, Dotô Takak Ire, também conhecido como Dotô Kayapó, além de lideranças indígenas da Terra Indígena Baú e equipe técnica da instituição.

O encontro iniciou com a apresentação institucional do Instituto Kabu feita por seu presidente, Dotô Kayapó. Foi informado que o Instituto foi criado em 2007, inicialmente com o objetivo de executar o Plano Básico Ambiental (PBA) da rodovia PA-167, e que atualmente mantém vínculo direto com 16 aldeias. Dotô destacou o papel do Instituto na defesa do território, na proteção ambiental e no fortalecimento das comunidades indígenas Kayapó.

Durante a reunião, os representantes do IDEFLOR-Bio e do BNDES apresentaram o projeto de manejo florestal sustentável previsto para a Floresta Estadual do Iriri, explicando os objetivos da iniciativa, o contexto da concessão florestal e a importância do diálogo com as comunidades indígenas do entorno. Foi informado que 30% dos recursos vinculados ao projeto

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

serão destinados exclusivamente a investimentos em comunidades indígenas localizadas no entorno da área concedida.

Após a apresentação, o presidente do Instituto Kabu manifestou preocupação em relação aos impactos do projeto sobre a Terra Indígena Kayapó, questionando em que etapa o projeto se encontra, quais serão as fases de implementação e de que forma as atividades poderão afetar o território indígena. Dotô ressaltou que as comunidades Kayapó já sofreram impactos significativos com atividades ilegais de garimpo dentro da Terra Indígena Baú, reforçando que o interesse principal das lideranças é a proteção da floresta e do território.

Foi enfatizada a importância da realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), conforme a Convenção nº 169 da OIT, destacando a necessidade de que a equipe técnica se desloque até o território indígena para apresentar o projeto diretamente às comunidades, possibilitando que avaliem coletivamente se a iniciativa será ou não benéfica para seus modos de vida, sua organização social e a proteção do território.

A engenheira florestal Cíntia Soares esclareceu que a concessão florestal é considerada uma das formas mais eficientes de garantir a destinação adequada e a proteção das florestas públicas, além de representar uma oportunidade de geração de renda local e de acesso a políticas públicas. Informou ainda que, no momento, o Estado encontra-se na fase de apresentação do projeto e de escuta das comunidades do entorno, não havendo decisão tomada sem o devido diálogo e consulta.

Durante o diálogo, as lideranças indígenas reforçaram que eventuais investimentos oriundos do projeto devem priorizar ações de proteção territorial, educação e saúde, consideradas áreas estratégicas para o fortalecimento das comunidades e para a garantia da integridade da Terra Indígena.

Ao final da reunião, o Instituto Kabu realizou a entrega do Manual de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), além de dois livros institucionais, como forma de contribuir para o aprofundamento do diálogo e da compreensão do processo de consulta.

Foi informado que o contato para o agendamento de reuniões futuras e da visita da equipe técnica às aldeias será realizado e confirmado por meio de comunicação oficial via e-mail. Também foi comunicado que haverá recesso institucional no período de 20 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026, devendo esse intervalo ser considerado no planejamento das próximas atividades.

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

ENCAMINHAMENTOS

- Definir, por meio de comunicação oficial via e-mail, os contatos responsáveis pelo agendamento das próximas reuniões entre as instituições envolvidas;
- Planejar e agendar a visita da equipe técnica do IDEFLOR-Bio, BNDES e parceiros à Terra Indígena Baú para apresentação detalhada do projeto às comunidades;
- Garantir a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), respeitando os protocolos e a organização social do povo Kayapó;
- Considerar, no planejamento do projeto, a priorização de investimentos em proteção territorial, educação e saúde, conforme indicado pelas lideranças indígenas;
- Levar em conta o período de recesso institucional entre 20/12/2025 e 20/01/2026 para o cronograma das próximas ações.

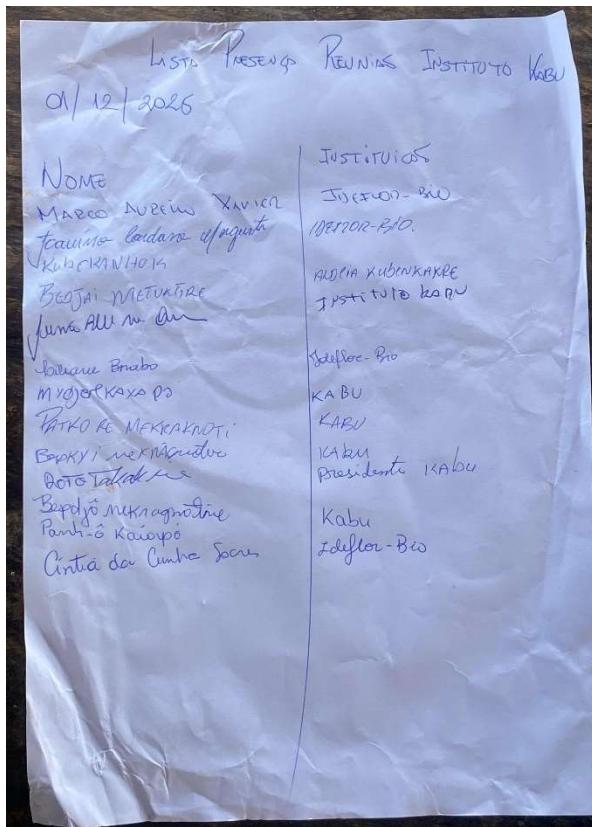
Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE REUNIÃO NO INSTITUTO KABU

	
<p>Imagen 01. Reunião de Apresentação da Concessão, no Instituto Kabu.</p>	<p>Imagen 02. Reunião de Apresentação da Concessão, no Instituto Kabu.</p>
	
<p>Imagen 03. Fala do Presidente do Instituto Kabu.</p>	<p>Imagen 04. Esclarecimento de dúvidas, durante reunião de Apresentação da Concessão, no Instituto Kabu.</p>
	
<p>Imagen 05. Manual de CLPI entregue pelo Instituto Kabu.</p>	<p>Imagen 06. IDEFLOR-Bio, BNDES e Instituto Kabu.</p>

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO NO INSTITUTO KABU



MEMÓRIA DE REUNIÃO NA ALDEIA INDÍGENA MANTINOR – TERRA INDÍGENA BAÚ

Data: 02/12/2025

Horário: 9:00h às 12:30h

Local: Aldeia Mantinor – Terra Indígena Baú – Novo Progresso - PA

Participantes: IDEFLOR-Bio; BNDES; Lideranças da TI Baú; Indígenas da Aldeia Mantinor; Associação Mantinor; Consórcio IFT

A reunião foi realizada na Aldeia Indígena Mantinor, localizada na Terra Indígena Baú, a aproximadamente 55 km do município de Novo Progresso, com início às 9h da manhã. O encontro contou com a participação de caciques e lideranças de diversas aldeias da Terra Indígena, dando continuidade ao processo de diálogo iniciado anteriormente com o Instituto Kabu, no contexto da apresentação do projeto de manejo florestal sustentável previsto para a Floresta Estadual do Iriri.

O início da reunião seguiu os protocolos tradicionais da comunidade. Koe-i Kaiapó, cacique geral da Terra Indígena Baú, realizou a convocação dos moradores da aldeia por meio de

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

um chamado vocal, que ecoou pelo território como um canto ritual. Gradualmente, a “casa dos guerreiros”, estrutura tradicional construída em madeira e coberta de palha, localizada no centro do pátio central da aldeia, foi sendo ocupada pelos moradores, lideranças e convidados.

Estiveram presentes quatro caciques, além da cacica geral das mulheres. Participaram também Sandra, coordenadora da Associação Mantinor, Andressa, responsável pelo setor financeiro da associação, e o senhor Cocobá Kaiapó, que atuou como tradutor ao longo de toda a reunião e exerce a função de tesoureiro da Associação Mantinor. O cacique geral informou que a reunião poderia ser iniciada e que ele se encarregaria de repassar as informações discutidas aos demais caciques que não puderam estar presentes.

O evento teve início com a apresentação da equipe técnica, realizada pela Luciana, consultora do IFT, que contextualizou os objetivos da reunião e a presença das instituições envolvidas. Em seguida, a engenheira florestal do IDEFLOR-Bio, Cíntia Soares, apresentou o projeto de concessão florestal da Floresta Estadual do Iriri, explicando como está estruturado o modelo de manejo florestal sustentável e de que forma a iniciativa poderá impactar a região, destacando as salvaguardas ambientais e sociais previstas.

Na sequência, o gerente da Floresta Estadual do Iriri, Marcus Aurélio, apresentou os limites da Unidade de Conservação, detalhando a existência de uma faixa de 10 km de zona intangível, concebida como medida de proteção adicional à Terra Indígena em relação às atividades de manejo florestal. Essa explicação teve como objetivo esclarecer as garantias territoriais estabelecidas no projeto.

Todas as falas realizadas durante a reunião foram intercaladas por pausas para tradução integral para a língua Kayapó, assegurando a plena compreensão das informações por parte das lideranças e demais participantes, em respeito à comunicação intercultural e aos protocolos da comunidade.

Durante o diálogo, as lideranças indígenas manifestaram interesse em compreender de forma detalhada como se daria a utilização das estradas existentes, questionando se estas poderiam ser utilizadas pelos concessionários. Demonstraram preocupação com possíveis impactos indiretos decorrentes do uso dessas vias e enfatizaram que não desejam que a estrada localizada dentro da Terra Indígena seja utilizada como rota de acesso à Unidade de Manejo Florestal. Após a discussão, ficou acordado que essa restrição deverá constar expressamente no edital da concessão florestal.

As lideranças também questionaram quais seriam os benefícios diretos da concessão florestal para a comunidade, qual o volume de recursos que poderá ser destinado aos povos indígenas e de que forma serão adotadas medidas para mitigar possíveis impactos socioambientais na região. Robson, representante do BNDES, esclareceu que os valores ainda se encontram em fase de estudos e definição, informando que serão apresentados às comunidades assim que os estudos forem concluídos.

Foi reiterado que parte dos recursos vinculados ao projeto deverá ser destinada às comunidades indígenas do entorno da unidade de conservação e que o Estado se encontra,

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

neste momento, na fase de escuta, diálogo e construção conjunta das diretrizes do projeto. As lideranças da Aldeia Mantinor destacaram o interesse em receber capacitação para a formação de agentes ambientais indígenas, que possam atuar em parceria com os órgãos competentes na proteção territorial da Terra Indígena.

Também foi enfatizada a necessidade de priorização de investimentos nas áreas de saúde e educação, consideradas fundamentais para o bem-estar, a autonomia e o fortalecimento das comunidades indígenas. Durante a reunião, Cíntia Soares solicitou que fosse realizada uma previsão de alocação de recursos por meio da gestão da unidade de conservação, no âmbito do Fundo de Compensação Ambiental (FCA), para a Terra Indígena Baú, com o objetivo de garantir que os povos indígenas sejam beneficiados independentemente das ações futuras da concessionária.

O encontro transcorreu em ambiente de diálogo respeitoso, com ampla participação das lideranças indígenas, reforçando a importância da continuidade do processo de escuta no território, da transparência das informações e do respeito aos protocolos culturais e à organização social das comunidades envolvidas.

ENCAMINHAMENTOS

- Incluir, de forma expressa no edital da concessão florestal, a vedação do uso da estrada localizada na Terra Indígena como via de acesso à Unidade de Manejo Florestal;
- Dar continuidade ao processo de diálogo e escuta das lideranças indígenas, respeitando os princípios da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI);
- Avaliar e estruturar proposta de capacitação de agentes ambientais indígenas para apoio à proteção territorial da Terra Indígena;
- Considerar, no planejamento do projeto, a priorização de investimentos em saúde e educação para as comunidades indígenas do entorno;
- Realizar previsão de alocação de recursos via gestão da unidade de conservação, no âmbito do Fundo de Compensação Ambiental (FCA), para beneficiar a Terra Indígena Baú, independentemente das ações da concessionária;
- Manter comunicação institucional contínua entre IDEFLO-Bio, BNDES e as associações indígenas para acompanhamento dos próximos passos do projeto.

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE REUNIÃO NA ALDEIA INDÍGENA MANTINOR – TERRA INDÍGENA BAÚ

	
Imagen 01. Casa do Guerreiro durante reunião, na Terra Indígena Baú.	Imagen 02. Reunião de Apresentação da Concessão, na Terra Indígena Baú.
	
Imagen 03. Reunião de Apresentação da Concessão, na Terra Indígena Baú.	Imagen 04. Reunião de Apresentação da Concessão, na Terra Indígena Baú.
	
Imagen 05. Reunião de Apresentação da Concessão, na Terra Indígena Baú.	Imagen 06. Reunião de Apresentação da Concessão, na Terra Indígena Baú.

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

	
<p>Imagen 07. Sr. Cocobá, tradutor da Terra Indígena Baú tirando dúvida.</p>	<p>Imagen 07. Fala da Cacica Geral das Mulheres da Terra Indígena Baú.</p>
	
<p>Imagen 04. IDEFLOR-Bio, Associação Mantinó e Mulheres Indígenas da T.I. Baú.</p>	<p>Imagen 09. IDEFLOR-Bio, BNDES, Consórcio, Associação Mantinó e Indígenas da T.I. Baú.</p>

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO NA ALDEIA INDÍGENA MANTINOR – TERRA INDÍGENA BAÚ

